



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1668/13	DATA: 15/10/2013
INÍCIO: 14h21min	TÉRMINO: 16h21min	DURAÇÃO: 02h00min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h00min	PÁGINAS: 42	QUARTOS: 25

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

**GISELA DAMM FORATTINI** - Diretora de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais — IBAMA.

**RAFAEL MOERBECK DE ALMEIDA REGO** - Gerente Jurídico do Consórcio Estreito de Energia, representante do Gerente-Geral da obra do CESTE, João Rezek.

**ALEXANDRE TADEU DE MORAES RODRIGUES** - Presidente do Instituto Natureza de Tocantins — Naturantins.

**ANDRÉ RAYMUNDO PANTE** - Gerente de Regulação da Agência Nacional de Águas — ANA, representante do Diretor-Presidente da Agência, Vicente Andreu Guillo.

**LUIZ DE SALES NETO** - Secretário da Associação dos Atingidos pela Barragem de Estreito — AABE e da organização Carolina, Transparência e Cidadania — CTC.

**JOSÉ JÂNIO DE CASTRO LIMA** - Secretário-Adjunto de Licenciamento, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Governo do Estado do Maranhão.

**WALDIR DUARTE COSTA FILHO** - Presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas — ABAS.

**DEIJACY SILVA REGO** - Ambientalista do Município de Carolina, Maranhão.

**SUMÁRIO:** Debate sobre os impactos ambientais no País causados por obras de barragens e lagos artificiais com a finalidade de construção de usinas hidrelétricas, em especial os problemas decorrentes da elevação do lençol freático na região da Usina de Estreito, na divisa entre os Estados do Maranhão e Tocantins.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens durante as exposições dos ilustres convidados.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública, destinada a discutir impactos socioambientais decorrentes da implantação da Hidrelétrica de Estreito, em especial a elevação do lençol freático.

O requerimento desta audiência pública é do Deputado Sarney Filho.

Comunico a todos que este evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na sua programação.

Tendo em vista serem oito o número de convidados, proponho dividi-lo em dois grupos de quatro. Creio que, pela quantidade de expositores, cada um poderá dispor de 10 minutos. Naturalmente, seremos tolerantes; mas é importante que nos orientemos pelo prazo de 10 minutos.

A Comissão de Meio Ambiente tem sido pioneira no sentido de ampliar nosso auditório. Nós estamos ao vivo também na Internet pelo portal *e-Democracia*, e poderá haver perguntas dos internautas — esperamos que eles nos façam perguntas —, e isso vai ser gerenciado pela nossa assessoria.

Esclareço que os Srs. Mário Gisi, Subprocurador-Geral da República, e João Rezek, Gerente-Geral da obra do Consórcio Estreito de Energia — CESTE, não puderam comparecer em razão de compromissos nesta data.

Passo a convidar os amigos palestrantes a que tomem assento à Mesa. Como convém às boas maneiras, começo por Gisela Damm Forattini, Diretora de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais — IBAMA. Convido, em seguida, os senhores Rafael Moerbeck de Almeida Rego, Gerente Jurídico do Consórcio Estreito de Energia, representando o Gerente-Geral da obra do CESTE, João Rezek; André Raymundo Pante, Gerente de Regulação da Agência Nacional de Águas, aqui representando o Diretor-Presidente da ANA, Vicente Andreu Guillo; e Alexandre Tadeu de Moraes Rodrigues, Presidente do Instituto Natureza de Tocantins — Naturantins.

Quero anunciar a presença entre nós da Deputada Janete Capiberibe.



Agora, seguindo a ordem de chamada, passo a palavra à Sra. Gisela Damm Forattini.

**A SRA. GISELA DAMM FORATTINI** - Boa tarde a todos!

Em primeiro lugar, Deputado Penna, agradeço o convite feito ao IBAMA. Nós não nos furtamos a estar aqui quase que bimensalmente para dar conta de nosso trabalho, e vamos falar hoje, especificamente, sobre o processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito.

Eu vejo um *banner* que fala de impactos socioambientais da UHE de Estreito. E o IBAMA, hoje, vai se restringir à chamada desta audiência, que foi a questão do alteamento do lençol freático.

Eu vou traçar um breve histórico e dizer exatamente o que o IBAMA tem feito a propósito desse licenciamento e qual é a situação atual.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Nós temos aí o processo de licenciamento, as licenças ambientais emitidas: uma licença prévia, em 2005, e uma licença de instalação, em 2006. Somente em 2010, depois de uma série de complementações desses estudos, nós então concedemos, em 24 de novembro de 2010, a licença de operação da usina, após definirmos que seu enchimento se daria em três etapas. Então, na verdade, a operação dessa usina só era possível na última etapa de enchimento, na terceira etapa.

Por ser uma concessão antiga, tivemos pela frente uma questão de outorga. A ANA não tinha outorga para essa usina, e a ANEEL, à época, inclusive nos imputava, colocava no nosso colo, vamos dizer assim, a resolução de algumas questões que, a rigor, tivéssemos a outorga à época, estariam solucionadas pela Agência Nacional de Águas. Mas, como eu sou servidora da Agência Nacional de Águas — sou engenheira hidróloga —, nós achamos por bem, nessa discussão toda, dar a LO. Mas chamamos para uma reunião a ANA, a ANEEL, o ONS, enfim, todos os operadores, para tratar da questão de uma curva de remanso, de um possível tratamento desse lençol freático.

Realizamos uma reunião técnica deliberativa acerca da definição de condicionantes relativas à regra operativa da usina, que foi a 2.4 da LO, e o plano de enchimento, então, que seria feito em três etapas: até a cota 145, até a cota 150 e



até a cota 156. Mas essa terceira etapa não estava autorizada. A etapa três de enchimento do reservatório somente poderia ser autorizada mediante autorização expressa do diretor do IBAMA.

Quanto à questão da alteração do lençol freático, ele foi visto e tratado na Condicionante 2.7, que passo a ler:

*“Durante a fase de enchimento e estabilização, o monitoramento do nível do lençol freático deve ser feito diariamente, e, caso constatados quaisquer prejuízos às edificações e às comunidades atingidas, tais como o comprometimento dos sistemas individuais de tratamento de esgoto existentes, o CESTE deverá, de forma imediata, adotar as medidas corretivas, mantendo o Comitê Cogestor informado dessas ações. Os resultados do monitoramento deverão ser disponibilizados diariamente ao IBAMA por meio de sítio na Internet e encaminhados mensalmente por meio impresso.”*

Então, aí, nós colocamos como obrigação do CESTE o monitoramento diário e informações mensais em papel.

Vamos a um rápido histórico.

Em agosto de 2010, o CESTE entrega o relatório final do lençol freático para enchimento, um estudo previsivo e uma recomendação de monitoramento. Em maio de 2011, finalmente se deu o enchimento do reservatório, embora houvesse a necessidade de instalação de fossas herméticas em residências de Carolina e Filadélfia. Em novembro de 2011, nós tivemos aquele evento de chuvas torrenciais na área, quando houve elevação do lençol freático. Então, se deu início à relocação adicional, aquela realizada durante a fase de instalação. Então, essa foi uma operação adicional àquela que já era prevista entre a LI e a LO, nas localidades de Filadélfia e Carolina, a par da necessidade de melhor compreensão da extensão da afetação. Porque aquele foi um evento realmente excepcional de chuva.

Em abril de 2012, o CESTE encaminha novo modelo de previsão do lençol freático e mapas planialtimétricos das áreas urbanas de Carolina, Filadélfia, Barra do Ouro, Babaçulândia e Palmeirante.



Bom, o IBAMA determinou, então, a realização de correções aos estudos apresentados.

Nova reunião, em julho de 2012, no IBAMA, ocasião em que determinamos o envio de informações acerca do remanejamento adicional da população. Então, essas informações deveriam chegar ao IBAMA com maior frequência.

Esclareço que o nosso trabalho, absolutamente, não se encerra na concessão de uma licença, porque a gente também indefere muitas licenças ambientais. O nosso trabalho é constante, e nele são previstas várias vistorias. E, quanto a essa usina, particularmente, nós temos uma equipe técnica quase que exclusiva para o acompanhamento dessa licença.

Bom, em julho de 2012 houve novamente uma reunião. E, em dezembro de 2012, tivemos a discussão das inconformidades dos estudos. Definimos, então, um prazo limite para a entrega do relatório final de monitoramento hidrogeológico por parte do CESTE, que seria 31 de maio de 2012.

Bom, em junho, o CESTE apresentou um estudo parcial do monitoramento, informou a contratação de nova empresa de consultoria para continuidade das atividades prevista no Plano Básico Ambiental — PBA.

Houve nova reunião para prestação de informações às Prefeituras. É importante que se diga que, em todo o processo de licenciamento ambiental federal, o IBAMA está sempre junto à população, seja nas audiências públicas, seja nessas outras reuniões extraordinárias necessárias para levar esclarecimentos acerca do licenciamento às populações.

Bom, necessidade de instalação de fossas herméticas em outras residências de Carolina e Filadélfia. O CESTE apresentou um relatório com o mapeamento das zonas de exclusão. E aqui uma correção: por favor, não são inadequadas para habitações; são adequadas. Zonas de exclusão adequadas. Infelizmente, eu trouxe um arquivo em PDF e não pude arrumar aqui de última hora. É muito trabalho, gente!

Dezembro de 2013 foi o prazo limite para a entrega do relatório final desse monitoramento hidrogeológico (20/12/213), a par da verificação da extensão do impacto nos Municípios afetados, em termos de áreas afetadas e população atingida.



Bom, remanejamento adicional em áreas urbanas de Filadélfia e Carolina. Situação parcial até o dia 22 de fevereiro: 280 processos de proprietários, sendo 49 em Carolina e 231 em Filadélfia; 111 processos de não proprietários; e 43 processos relativos ao comércio.

Bom, gente, quanto à situação atual do estudo hidrogeológico, nós vamos ter um relatório final de monitoramento hidrogeológico a ser entregue em 20/12/2013 — esperamos todos que o CESTE cumpra essa data — , quando vamos ver a real extensão dos impactos socioambientais nas áreas urbanas, a delimitação precisa dessas áreas afetadas e o grau de afetação. Vão exigir aí medidas corretivas, na questão da inviabilidade da ocupação, ao lado da recomendação de medidas mitigadoras/compensatórias adicionais. E eu queria aqui fazer uma observação: que a entrega desse relatório não significa, de forma alguma, a finalização do monitoramento desses impactos.

Eu queria ainda fazer algumas considerações sobre a questão de praia, o atrativo turístico de Carolina. Nós também estamos encaminhando, junto ao CESTE, a solução dessa situação. Quer dizer, não estava prevista no PBA a questão da construção de um centro de lazer, mas estamos verificando junto ao CESTE a possibilidade desse atendimento.

Sobre a questão da ictiofauna. Nós tivemos, em março de 2011, uma mortandade significativa de peixes a jusante da usina. A estimativa foi de 7 toneladas. Autuamos a empresa por conta disso. Alguns eventos esporádicos estão sendo analisados, para se saber qual a razão, qual a causa dessa mortandade, enfim, a relação de causa e efeito. Esse relatório está sob a análise do instituto. O IBAMA determina que, em evento de parada de máquinas para manutenção, o CESTE deva manter equipe capacitada para promover o resgate, se necessário, desses peixes.

Autuações: tivemos várias. Infelizmente, o IBAMA não tem nenhum prazer de fazer essas autuações. Foram cerca de quatorze autuações desde então. E outras atividades que ainda estão em desenvolvimento são: a revisão do PACUERA — Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios Artificiais; os resultados, o imageamento de alta resolução que nos vai ser trazido, para a nossa análise; a previsão de revisão dos Planos Diretores Municipais — aliás, estamos em



articulação com o CESTE e com as respectivas Prefeituras para fazer essa revisão; programa de revegetação de Áreas de Proteção Permanente (APPs), com o início da execução de um novo projeto em novembro de 2013; relatórios semestrais que vêm sendo analisados pelo IBAMA, etc. É aquilo que eu digo: o nosso trabalho não cessa com a emissão de uma licença. Só para falar da UHE de Estreito, após a LO nós realizamos mais de vinte vistorias àquela área.

Então, era basicamente isso o que eu tinha a trazer para vocês, reforçando que o IBAMA vem acompanhando de perto todas essas questões de impactos adicionais dessa usina hidrelétrica. E tem atuado com um esforço muito grande para corrigir esses acidentes, vamos dizer assim, esse impacto adicional. E, claro, vamos agora analisar qual seria a possível mitigação desse impactos.

Agradeço-lhes o tempo a mim dispensado. É pouco, mas, mesmo assim, esse é um resumo enxuto do que a gente vem fazendo na UHE de Estreito.

Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Obrigado, Gisela, pela generosidade com a condução.

Quero registrar a presença do grande Deputado Ricardo Tripoli, pedindo a ele que fique preparado para me substituir, porque eu estou para ir à sala aqui do lado, onde também ocorre uma audiência, a propósito do centenário de nascimento do poeta Vinicius de Moraes. Está aí um monte de gente! Depois, passem lá também! *(Risos.)*

Concedo a palavra ao Sr. Rafael Moerbeck de Almeida Rego.

**O SR. RAFAEL MOERBECK DE ALMEIDA REGO** - Boa tarde a todos.

Deputado Penna, agradeço o convite desta Comissão. Estamos aqui debatendo um assunto de relevante importância, de nível nacional, que é a implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito.

Primeiramente, reforço a observação que o senhor fez já no início. Estava originariamente convocado aqui, para esta oportunidade, o nosso gerente-geral de obras. Infelizmente, ele não pôde estar presente, mesmo porque, quando da convocação, ele já estava em viagem ao exterior, no último dia 7. Em função disso, o CESTE, sabendo da relevância, não só de estar aqui representado, mas também



de ter a oportunidade de ouvir aqui todos os oradores e também participantes deste encontro, faz-se presente por mim, que sou gerente-jurídico do CESTE.

Foi bom eu ter que falar aqui depois da Gisela, porque a Gisela já fez um bom resumo aqui do que foi o licenciamento. Ela, em 10 minutos, conseguiu sintetizar 11 anos de licenciamento.

A concessão da Hidrelétrica de Estreito data do ano de 2002, e, como a Gisela disse, a sua LO só foi emitida no ano de 2010; ou seja, foram 8 anos aí de estudos até a decisão final de concessão da Licença de Operação.

Particularmente em relação a esse assunto do lençol freático, como a Gisela já expôs, no momento o CESTE está com uma nova equipe de contratados que está fazendo um estudo bastante amplo sobre essa temática. Esse estudo está sendo conduzido pela empresa Ambiental Tecnologia, com apoio da UnB/CDT. Inclusive, os responsáveis pelo estudo estão aqui presentes, também, para qualquer esclarecimento que seja necessário.

Esse estudo está sendo desenvolvido pelo anseio também apresentado em especial por 4 Municípios da região: Palmeirante, Babaçulândia, e Filadélfia, todos no Estado de Tocantins, e Carolina, no Estado do Maranhão. E, como a Dra. Gisela já colocou, após nos comprometermos a apresentar um estudo definitivo sobre a questão do lençol freático ao IBAMA numa reunião realizada em junho deste ano, o CESTE entendeu por bem fazer a divisão desse estudo, obviamente com o aval do IBAMA e das autoridades municipais envolvidas no tema. Mas entendemos por bem fazer a subdivisão de forma que esse estudo primeiro tivesse um enfoque, qual seja, identificar o que a Dra. Gisela colocou como áreas de exclusão, também identificadas no estudo. O que seria isso? São áreas onde definitivamente não há dúvida de que não há qualquer afetação sobre a questão do lençol freático nesses Municípios.

Então, o objetivo era fazer com que um todo municipal, que hoje ainda tem dúvidas com relação à situação de lençol, tivesse um esclarecimento sobre as áreas que definitivamente não seriam afetadas pelo problema.

Esse estudo, apresentado no último dia 25 de setembro, é público e está à disposição nos autos do licenciamento. O objetivo agora do CESTE é, ato contínuo, apresentar um estudo em que a gente possa aprimorar e de alguma forma





intensificar o levantamento que está sendo feito sobre aquilo que foi colocado como áreas de monitoramento, ou seja, áreas que deveriam estar sujeitas a estudos para se identificar se estariam ou não afetadas a algum problema de lençol.

É importante ressaltar também que, como o próprio estudo ressalta, existe um sem-número de questões que podem acarretar consequências à visualização de danos, por exemplo, em propriedades, etc. Não é apenas uma questão afeta ao lençol freático, mas temos um problema aí de drenagem dos Municípios, a par de outros problemas afetados, ou seja, questões pluviais, como a Dra. Gisela mesma falou.

No ano de 2011, por exemplo, após o enchimento do reservatório, nós tivemos um processo de remanejamento adicional como consequência de um primeiro levantamento que fora feito no primeiro período pós-chuvoso depois do enchimento do reservatório; e, como consequência desse primeiro estudo, em especial como colocou a Dra. Gisela, nos Municípios de Carolina e Filadélfia, foi promovido um remanejamento adicional.

O processo de remanejamento do CESTE é tripartite porque, no primeiro momento, houve o remanejamento originário, aquele remanejamento original como consequência da instalação do reservatório; daí passa-se a um segundo remanejamento no ano de 2011 como consequência dessa situação muito afeta à situação de pluviometria na região, que tem uma afetação grave no período chuvoso. E agora nós pretendemos em definitivo apresentar uma conclusão do estudo acerca do problema.

É importante destacar que, pelo menos no meu entender, embora eu não seja técnico do CESTE à frente do problema — sou da área jurídica —, que, certamente, este assunto tem um contexto de dinamismo. O lençol freático é algo que se tem que estudar de forma constante, porque, dentro de um assunto como o de uma concessão de 35 anos, certamente esse é um caso que tem que ser corriqueiramente revisitado. Não é algo que possa trazer qualquer tipo de impacto o fato de se estar levantando o tema lençol freático 10 anos depois do início do licenciamento. O momento, no meu entender, mais apropriado, é aquele momento em que já se tem a formação do reservatório, quando já se está analisando as consequências pós-formação de reservatório para se verificar a afetação.



É certo também que o CESTE, nesse meio tempo, vem atuando junto às municipalidades. Não há nenhum interesse do CESTE em manter a população alijada desse processo. Reuniões constantes estão sendo feitas entre o CESTE e, principalmente, os representantes desses Municípios. Os Prefeitos dos quatro Municípios citados estão realmente participativos em relação a essa temática, obviamente representando os respectivos Municípios.

Esse assunto vem sendo corriqueiramente tratado em reuniões; inclusive tivemos oportunidade ontem, com a Prefeitura de Palmeirante, de ter contato direto com os representantes municipais. Estamos tendo a preocupação de não deixar a população alijada do processo.

A Dra. Gisela tocou em outros assuntos, que vou repassar rapidamente.

Realmente, o último ano tem sido um ano de uma condução junto ao IBAMA, e aqui faço minhas as palavras da Dra. Gisela no sentido de que hoje existe uma equipe praticamente dedicada a esse assunto no Estado do Tocantins, uma equipe que demanda do CESTE de forma constante.

E acho, Dra. Gisela, que falar em 14 autuações também é representação do esforço dessa sua equipe, uma equipe que faz efetiva fiscalização. Não é só pelo prejuízo da posição do empreendedor, mas certamente também pela preocupação de fiscalização de sua equipe — e, certamente, neste último ano, há vários assuntos ainda atinentes à nossa licença de operação. O CESTE recebeu essa licença em 2010, e a sua renovação está prevista para acontecer no segundo semestre de 2014.

Com a preocupação de que esse processo seja o mais transparente possível, reuniões estão sendo feitas com o IBAMA com o objetivo de antecipar temáticas que poderiam ser relevantes para esse processo de renovação. Inclusive, todo um cronograma relacionado a essas medidas vem sendo traçado entre o empreendedor e o IBAMA, com o objetivo de termos um processo, vamos dizer assim, menos traumático. E eu não diria “traumático”; acho que a expressão certa seria “menos corrido” do que o processo de emissão de licença de operação, a fase final desse processo.



Certamente, esse bom relacionamento entre o empreendedor e o IBAMA vem fazendo com que assuntos não só do lençol freático, mas também outros assuntos pertinentes a temáticas relevantes para a região, venham sendo tratados.

Dos assuntos tocados aqui e que também que existiam no requerimento, lembro que a praia de Carolina é um caso tratado com o IBAMA em recente reunião. E chegamos à conclusão, durante essa reunião, de que devemos tentar uma solução paliativa para esse problema, de forma a não se falar na implantação da praia, mas em medidas que pudessem se agregar às medidas que o CESTE já tomou, o relacionadas a essa área de turismo e lazer no Município.

Estamos agora identificando possíveis medidas que possam ser tomadas em relação a essa temática, e trazendo ao IBAMA, como alternativa, a instalação dessa praia. Lembro que, como a Dra. Gisela mesma colocou, a praia não estava prevista no Plano Básico Ambiental, não estava prevista no EIA/RIMA. E a informação que o CESTE tem é de que a população de Carolina sempre utilizou a praia pública do Município de Filadélfia.

Finalizando, agradeço pela oportunidade. Estou aberto a eventuais questionamentos que possam ser feitos pela plateia.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu gostaria de agradecer as palavras do Sr. Rafael Moerbeck de Almeida Rego.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Alexandre Tadeu de Moraes Rodrigues, Presidente do Naturatins — Instituto Natureza do Tocantins. O senhor tem a palavra por 10 minutos.

**O SR. ALEXANDRE TADEU DE MORAES RODRIGUES** - Boa tarde a todos.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade de estarmos aqui falando sobre este tema.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vou falar um pouco para vocês sobre o que ficou sob a responsabilidade do Naturatins, nos procedimentos para a obtenção de licença ambiental, durante a instalação do Consórcio Estreito, da Usina de Estreito.



Basicamente, o Naturantins ficou responsável por licenciar o Reassentamento Urbano Coletivo — RUC, que é um só, envolvendo os reassentamentos rurais coletivos, as praias e aterros sanitários dos Municípios afetados.

Em relação ao reassentamento coletivo, no Município de Babaçulândia, o Reassentamento Novo Milênio teve a LP e a LO emitidas. Mas a LO está vencida, e temos lá um problema operacional porque o CESTE executou a obra, o reassentamento foi planejado, foi ocupado sem a Licença de Operação, e somente depois é que se observou que a técnica adotada como sistema de tratamento de afluentes não era compatível, pela elevação do lençol freático. Então, tiveram que fazer posteriormente um novo projeto para a estação de tratamento. O fato é que essa LO está vencida, e o processo, arquivado com pendências desde 8 de julho de 2013.

Em relação aos reassentamentos rurais, lembro que o Reassentamento Santo Estevão não tem LO ainda, e sua LI está vencida. O Bela Vista também não tem LO, e a LI está vencida. O Baixão Merediba e o Maju estão ainda sem LO, mas suas Li estão vigentes, isso principalmente em função da outorga que integra o processo de licenciamento ambiental. Porque tem havido alguma dificuldade em relação aos métodos e técnicas de tratamento de água que não têm dado muito resultado. Então, esses processos estão, boa parte deles, arquivados, aguardando o cumprimento de pendências por parte do CESTE. Só um processo está em análise, pois foram juntadas as pendências recentemente.

Em relação às praias, todas elas estão com LO. Apenas uma, a de Filadélfia está com a LO vencida. É a praia mais problemática. Ela foi instalada em local completamente inadequado. Usando um jargão popular, ela é “*muito mais um chiqueiro do que uma praia*”. Os senhores sabem. É uma situação muito complicada. Então, tem-se que buscar alternativa. Os demais estão em processo de renovação e já com o requerimento de mudança de titularidade, para se repassar a titularidade às prefeituras municipais.

Finalmente, em relação ao aterro sanitário, foram adotados os aterros anteriormente exigidos. Mas está havendo um problema. Em alguns aterros, como o de Babaçulândia, por exemplo, o nível de lençol não permite mais que se atenda às normas vigentes com relação à distância do fundo da célula até o nível do lençol.



Então, estamos com alguns problemas, e, acho, ainda longe de resolvê-los. O único que está com licença válida, que está com a LI vigente, Babaçulândia, está com a LO vencida. Somente Goiatins está sem análise, após a juntada de pendências. Há outro caso, acho que é de Palmeirante, que está aguardando documentos. O processo não foi nem aberto ainda. Tupiratins está com LI vigente, e Itaperatins com LI vigente também.

O tempo é curto. Preparei algo para ser curto e aumentar o tempo dos debates. Mas, além disso, há outras que são muito importantes para o Estado, mas que não listei.

Há a questão da compensação ambiental, que foi proposta no estudo. A Câmara de Compensação entendeu que a aplicação dos recursos deveria ser feita de outra forma; ou seja, os recursos deveriam ser destinados de outra forma. Houve ação judicial. Isso não tem retorno, mas é uma questão que, a meu ver, já demanda tempo demais, uma vez que já vamos para 4 anos de LO e a compensação ambiental a que têm direito o Estado do Tocantins e o Estado do Maranhão até hoje está barrada na Justiça. Então, talvez seja a oportunidade de a Dra. Gisela prestar atenção e ver qual o motivo, que enseja a Câmara de Compensação entendeu para buscar outra destinação, inclusive para áreas fora da área de influência direta, indireta ou superindireta do empreendimento. Digo isso para que se destrave a questão, a fim de que possamos aplicar esses recursos conforme devem ser aplicados, tanto nas unidades de conservação de Tocantins quanto nas do Maranhão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradecemos ao Sr. Alexandre Tadeu de Moraes Rodrigues, inclusive pela síntese com que conseguiu resumir sua palestra.

Antes de passar a palavra ao Sr. André Raimundo Pante, há uma solicitação para que o Sr. Rodrigo Flecha, Superintendente de Regulação da ANA faça inicialmente as primeiras considerações. Em seguida, passarei a palavra ao Sr. André.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo Flecha.



**O SR. RODRIGO FLECHA** - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Ricardo Tripoli, demais membros da Mesa; boa tarde, senhores expositores e convidados.

Meu nome é Rodrigo Flecha. Sou Superintendente de Regulação da Agência Nacional de Águas — ANA, e gostaria simplesmente de dizer, para ser breve, antes de passar a palavra ao nosso Gerente, André Pante, que o Dr. Vicente Andreu, Diretor-Presidente da ANA, não pôde aqui comparecer por estar em Porto Alegre hoje num compromisso. S.Sa. esteve ontem à noite na abertura de um grande evento sobre recursos hídricos, o Encontro Nacional de Comitês de Bacias, em Porto Alegre, e deve retornar a Brasília ainda hoje à noite.

Em linhas gerais, apresento o que a ANA está desenvolvendo, no que diz respeito aos normativos que regulam a outorga para o aproveitamento hidrelétrico; ou seja, como está o nosso estado de arte na concessão, como a concessão da HS-Estreito, como são as nossas regras operativas com que temos trabalhado, inclusive por solicitação e sugestão da Dra. Gisela Forattini também, Diretora do IBAMA, e como estamos indo com relação a essas possibilidades de regras operativas que definimos em 2012. Pois bem, estamos trabalhando numa nova modalidade de regras operativas a partir de estudos de levantamentos que demandamos à CESTE.

Então, esta é uma breve introdução que faço.

O Dr. André Raymundo Pante abordará, com um pouco mais de detalhes, esses aspectos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Tem a palavra o Sr. André Pante.

**O SR. ANDRÉ RAYMUNDO PANTE** - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Tripoli, agradeço pela oportunidade de mostrar onde a ANA está inserida nesse processo de Estreito.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A princípio, V.Exas. vão perceber que a apresentação não está diretamente relacionada com o lençol freático. Mas, no tema em que estamos apoiando o IBAMA nessa análise, acreditamos que possa haver um impacto positivo nessa elevação de nível de lençol, porque estamos tratando de redução de nível do reservatório em situações de cheia. Então, inferimos que deve haver algum bom impacto nessa



questão de lençol freático, se isso vier a ser a solução definitiva para o impacto do reservatório na montante.

Antes de entrar nessa questão mais técnica da regra operativa, vou contextualizar como está a Usina de Estreito junto à ANA no aspecto formal — nem vou entrar muito no detalhe das leis. O importante é dizer que a Lei nº 9.984, de 2000, a lei de criação da ANA, definiu um instrumento da declaração de reserva de disponibilidade hídrica, que é uma outorga preventiva dada pela ANA para empreendimentos hidrelétricos. E essa reserva, após o leilão da usina, é transformada numa outorga de direito de uso que dá ao empreendedor o direito de usar a água daquele rio para geração de energia.

Ocorre, porém, que a ANA, nessa época, ainda não havia sido instituída. Então foi emitido um decreto presidencial em 2000, que, provisoriamente, deixou essa atribuição da declaração de reserva de disponibilidade hídrica e da outorga a cargo da ANEEL até que a ANA se estruturasse e regulamentasse internamente esse instrumento, para ela mesma passar a emitir essas autorizações. Em 2013, a ANA regulamentou esse instrumento da DRDH e da outorga, e passou a ter essa atribuição legal de emitir essas autorizações.

A Usina de Estreito, ou melhor, seu contrato de concessão é de dezembro de 2002. Por força daquele decreto presidencial e da resolução da ANA, essa outorga de uso da água dessa usina está abrigada no contrato de concessão. Por isso esse processo de outorga de Estreito não passou formalmente na ANA. Esta é a situação de Estreito. Há uma outorga de uso da água abrigada na sua concessão. No entanto, a ANA tem outro instrumento, previsto também na sua lei de criação, que é de definição de regras e operação de reservatórios — busca-se tanto definir as regras quanto fiscalizá-las. Essa prerrogativa da ANA pode ser aplicada a qualquer tempo. Independente de a usina ter passado pelo processo de outorga da ANA ou não, a ANA pode usar desse instrumento. No caso, é a Usina de Lajeado, em Tocantins, uma concessão antiga, que não tem outorga da ANA. Mas a ANA tem emitido resoluções definindo regras de operação para o período de praia, de julho a agosto, com vistas a rebaixar o nível do rio e permitir a formação das praias. Está aí o gerente de operação de reservatórios da ANA, Antônio Augusto, que trata diretamente do assunto. E por que falo disso? Porque foi aí que a ANA se inseriu



nesse trabalho. O IBAMA, no âmbito do licenciamento, definiu condições de proteção das cidades a montante da barragem, preconizando que elas deveriam ser protegidas para as cheias com até 50 anos de tempo de recorrência. É uma autoproteção que o IBAMA propôs. Isso quer dizer que as cidades estarão protegidas com essa condicionante para passagens de cheias. E lembro que ocorre, em média, uma vez a cada 50 anos, uma cheia muito extraordinária. Enfim, todos já conhecem o assunto. Eu o coloquei aqui só para a gente entender por que o IBAMA definiu que todas essas cidades a montante do barramento têm que estar protegidas das cheias.

Enfim, para atender a essa condicionante do IBAMA, o consórcio propôs uma regra de operação do reservatório. O que seria isso? Seria feita uma previsão da chegada das cheias no barramento de Estreito com antecedência de alguns dias. Com a chegada da cheia, o reservatório seria previamente esvaziado, depressionado, em até 5 metros, de forma que, quando passasse essa cheia, inclusive essa cheia extraordinária de 50 anos, as cidades a montante não seriam afetadas. O IBAMA recebeu essa proposta do CESTE, fez aquela reunião que a Dra. Gisela citou, e solicitou aquele apoio técnico da ANA para se avaliar essa regra operativa.

Foi aí que começamos as tratativas com o CESTE sobre isso. Fizemos várias reuniões e aprovamos uma regra provisória para o período de cheias de 2012. Quem é da região sabe que em 2011 ocorreram alguns problemas a jusante, em Imperatriz principalmente. Já em 2012, após a ANA ter se inserido no processo e feito algumas sugestões a propósito dessa regra, a gente já não teve mais esse problema a jusante do barramento.

Eu não vou entrar muito em detalhe técnico, mas a regra é a seguinte: este gráfico aqui mostra a evolução das vazões afluentes. Então, para essas vazões aqui digo que a gente já está em período de cheia. Aqui, este eixo é o nível do reservatório. Em tese, o reservatório opera, o tempo todo, nesse nível: 156. Porém, o IBAMA identificou corretamente, com muita propriedade, que, para essas cheias maiores aqui, as cidades a montante seriam afetadas. Então, nesta faixa aqui, nesta área do gráfico, se o reservatório continuar operando com a cota de 156, isso afetaria as cidades a montante. Então, para isso, foi feita essa proposta de





depressionamento preventivo do reservatório, de modo que, quando vierem as cheias maiores — a cheia de 50 anos está para cá, à direita —, o reservatório já esteja devidamente rebaixado, de modo que as cidades não sofram influência desse remanso do reservatório a montante.

Então, essa foi a regra que a ANA aprovou. A ANA interferiu um pouco nessa regra, definindo a forma como esse reservatório tem de ser rebaixado, para que isso não seja feito de forma muito brusca. Aliás, isso é que impacta a jusante. Se o reservatório esvaziar muito rapidamente, gera-se um pico de cheia adicional a jusante, o que não adianta. Ou seja, não adianta proteger a montante e impactar a jusante. Essa foi uma contribuição da ANA com essa regra provisória.

Estes pontinhos vermelhos aqui já são a aplicação da regra na cheia de 2012. A gente vê que ela foi cumprida. Cada pontinho desses é um nível, uma vazão num determinado dia do período de cheia. A gente percebe que o consórcio operou sempre com bastante segurança e está sempre dentro da faixa em que não ocorre nenhum impacto a montante.

Enfim, isso é o que a gente tem para essa regra provisória. A nossa ideia, junto com o IBAMA, é fazer uma regra definitiva, regra que o consórcio aplique, ano a ano, nas passagens de cheias. Para isso, a ANA avaliou que é necessário aprofundar um pouco essa questão de jusante. No caso da montante, a gente já viu que a regra atende a essa condicionante do IBAMA de proteção das cidades para aquela cheia extraordinária; porém, a gente precisa ter mais segurança. Como vão se comportar as vazões a jusante do reservatório? Quando ele vai esvaziar e promover um adicional de vazão lá para a região de baixo, de Porto Franco e Imperatriz? Para isso, a gente solicitou ao CESTE que fizesse um levantamento de manchas, de inundação, com base em topografia, em imagens, para avaliar como vai se comportar essa regra de operação a jusante.

Enfim, o CESTE nos informou que pretende nos entregar, até o dia 26, esses estudos. A expectativa é de que, a partir disso, a gente tenha uma regra definitiva que garanta essa proteção, como está previsto no licenciamento do IBAMA.

Era isso, gente. Esse é o trabalho da ANA. A gente não acompanhou todo o processo de licenciamento. A gente entrou agora, no final de 2011, nesse processo, e por iniciativa do IBAMA. A nossa tentativa de contribuir é essa. Eventualmente,



para qualquer outra questão que a gente possa contribuir com o processo, a gente fica à disposição.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Gostaria de agradecer ao Sr. André Raymundo Pante pela explanação. Ele é Gerente de Regulação da Agência Nacional de Águas — ANA, e representa o Diretor-Presidente, Sr. Vicente Andreu Guillo.

Vou solicitar autorização a todos para a gente desfazer esta Mesa e constituir uma nova. Eu pediria que viessem agora aqui o Sr. Luiz de Sales Neto, que é Secretário da AABE, Associação dos Atingidos pela Barragem de Estreito e da CTC, Carolina, Transparência e Cidadania; o Sr. José Jânio de Castro Lima, que é Secretário-Adjunto de Licenciamento, representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão; o Sr. Waldir Duarte Costa Filho, que é Presidente da ABAS — Associação Brasileira de Águas Subterrâneas; e também o Sr. Deijacy Silva Rego, que é ambientalista do Município de Carolina, Maranhão. *(Pausa.)*

Retomando os nossos trabalhos, passo a palavra agora, para suas considerações, ao Secretário da AABE, Luiz de Sales Neto, que fará sua explanação. S.Sa. disporá do mesmo tempo destinado a todos os convidados, para que depois nós possamos ter aqui o período dos debates.

Tem S.Sa. a palavra por 10 minutos.

**O SR. LUIZ DE SALES NETO** - Exmo. Sr. Presidente, senhores integrantes da Mesa, gostaria, em primeiro lugar, de fazer um reconhecimento e agradecer ao Sr. Deputado Sarney Filho por ter nos deferido este momento tão importante para falarmos dos impactos ambientais da UH Estreito, principalmente com relação aos atingidos. Quero também fazer um registro sobre os companheiros José Severiano Costa Filho e Paulo Loreto, que sempre nos acompanham e incentivam a estarmos aqui defendendo o interesse de nossa comunidade.

Como disseram aqui, parece que está tudo bem na Usina de Estreito. O pronunciamento do IBAMA, na condição de órgão fiscalizador do Governo, o seu alinhamento com o empreendedor sempre foi assim, desde os primeiros momentos das audiências públicas. Parece até que as consequências de hoje já esperávamos,



porque não tínhamos informações suficientes. Tivemos, inclusive, de ajuizar uma ação civil pública. O pior é que não conseguimos sequer informações para o cadastramento dos atendidos. Realmente, chegamos a este ponto em que nos encontramos. Se houvesse a participação das comunidades, opinando a respeito das consequências, estaríamos em outro momento com relação ao que está acontecendo nos Municípios impactados, por exemplo, Carolina. O Dr. Rafael, Gerente Jurídico do CESTE, fez uma boa qualificação aqui: é traumática a situação de Carolina! Imaginem vocês que hoje há 153 casas residenciais em vias de desabamento.

Eu gostaria ainda de frisar que a situação de Filadélfia, companheiros, é difícil. A cidade se acabou. Basta chegar lá para ver. E a qualificação que o companheiro usou para isso é verdadeira — é um chiqueiro! Aquilo não é uma coisa digna!

Então, o lençol freático é a questão fundamental. A posição, desde 24 de maio de 2013, junto com a Defensoria Pública, num primeiro levantamento efetuado, indica que 152 imóveis residenciais estão comprometidos, conforme relação que eu vou passar às mãos do Sr. Presidente. Consta também que nas cidades de Filadélfia e Palmeirante, já referenciadas aqui, a elevação do lençol freático está causando sérias consequências às comunidades. Nós trouxemos alguns anexos, mesmo porque, diante da complexidade de todos esses problemas, é preciso mais tempo para a gente se louvar para dissertar sobre as consequências.

Em Carolina, o acompanhamento do controle do lençol freático tem sido feito por uma empresa contratada pelo CESTE, como disse, sob cláusulas, e o resultado das medições e análises não tem sido levado ao conhecimento da população. É uma verdadeira caixa-preta.

O abastecimento de água da população de Carolina é outro tema a que a gente quer dar um enfoque, porque existe um compromisso do CESTE de implantar — ou existia, não é? — na cidade uma estação de tratamento de água (ETA), composta de 12 filtros para captação e tratamento de água do próprio reservatório que se formou. Todavia, somente 3 filtros foram instalados até hoje, e que são insuficientes, o que ainda é agravado pelo fato de funcionarem precariamente.



Estamos na iminência de sofrer um colapso no abastecimento de água na localidade.

Tudo isso foi considerado em razão de uma liminar concedida por um juiz para que o projeto originário do CESTE não fosse implantado. É uma situação caótica a que Carolina está sofrendo!

Por outro lado, temos ainda o sistema de tratamento de esgoto — porque esses três pontos são as questões fundamentais que eu estou trazendo para focar esses que consideramos como os maiores impactos —, pelo termo de compromisso firmado em 27 de agosto de 2008 pelo então Prefeito de Carolina e o então Presidente do CESTE. Esses se comprometam, entre outros, com o seguinte: que o CESTE fará sistema de coleta e bombeamento do esgoto do Córrego Lava-Cara para as duas estações de tratamento existentes no Município e fará a revitalização do Córrego Lava-Cara no valor de 7,9 milhões de reais, a preço da época.

Mas o que aconteceu? Houve um readitamento desse termo de compromisso, que foi alterado completamente, e não mais existe a possibilidade, segundo o CESTE, de realizar esse compromisso de fazer a estação de tratamento de esgoto.

Há uma série de razões. Fiz um relatório à parte, que vou entregar em mão ao Presidente da Comissão, no qual narro detalhadamente essas questões.

Agora, com a chegada aqui do Deputado Sarney Filho, que acolheu a nossa pretensão, gostaria de expressar a S.Exa. os nossos sinceros agradecimentos em nome da comunidade de Carolina. Enfim, existe, Deputado, uma necessidade notória, nítida, comprovada e premente de realização, do levantamento de um passivo ambiental da implantação do empreendimento da UHE Estreito, com a participação efetiva de representantes de todas as cidades atingidas. Porque, lamentavelmente, Deputado, eu penso que havia a necessidade de convidar os Prefeitos das cidades atingidas. Esses deveriam ter comparecido.

Então, o momento é este — que eu quero expressar ao senhor —, de fazer com que aconteça o levantamento desse passivo ambiental, com a participação efetiva dos atingidos e representantes do Ministério Público Federal e Estadual.

Essas, pois, são as minhas poucas palavras, que a gente de maneira muito sentida vem trazer aqui. Na verdade, quanto ao desenvolvimento — nós não somos



contra o desenvolvimento do nosso País, Excelências —, nós só não queremos que esse desenvolvimento venha contra nós.

Então, este é o sentimento da nossa cidade, que está sofrendo as consequências muito sérias dos impactos ambientais. E, lamentavelmente — é bom que se frise isto —, o IBAMA, como órgão fiscalizador, não tem cumprido seu papel, qual seja, fazer com que o empreendedor cumpra com seus compromissos assumidos com relação aos programas, todos os 35 programas. Então, agora, neste momento do levantamento do passivo ambiental, é que será possível nós verificarmos toda essa situação.

São essas as nossas palavras. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço muito a participação do Sr. Luiz de Sales Neto, e aproveito para passar a Presidência ao proponente desta audiência pública, o Deputado Sarney Filho, que tanto tem se dedicado na Comissão de Meio Ambiente e na Frente Parlamentar Ambientalista às questões atinentes à nossa matriz energética e nossos recursos hídricos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Boa tarde.

Gostaria de expressar aqui minhas desculpas por não ter podido participar da abertura e, portanto, ouvido as primeiras exposições; mas, como tudo aqui é gravado, televisionado, e está passando inclusive ao vivo na Internet, eu vou depois me debruçar sobre as exposições, para que possam fazer parte do nosso conjunto de informações importantes para subsidiar as nossas propostas legislativas e nossas ações fiscalizatórias aqui dentro.

Quero agradecer a todos os expositores aqui presentes e dizer que realmente a ausência dos gestores municipais foi uma falha. Mas hoje mesmo, por telefone, falei com o Prefeito de Carolina. Eu o procurei depois de ter recebido uma correspondência do Consórcio, a qual dizia que, depois da última reunião que tivemos — não sei se isso foi dito aqui, mas tivemos uma reunião com o Ministro Lobão, com os Prefeitos de Estreito e Carolina e, se não me engano, com um outro Prefeito também do Estado do Tocantins, bem como com Vereadores — que, a partir daí, haveria o compromisso de uma mudança do tratamento do Consórcio em relação aos entes federativos, aos Municípios. E a carta que o Consórcio me mandou dizia justamente que estavam — vou ler parte aqui só rapidamente, para



não tomar tempo — dando providências. Destaca que nessa nova fase do relacionamento com o Poder Público Municipal e a comunidade, em especial após a reunião de 20 de junho — essa a que acabei de me referir — do corrente, as obras realizadas durante a fase de implantação do empreendimento e que apresentaram problemas construtivos estariam sendo reparadas com a supervisão dos técnicos e autoridades do Município. E que novos convênios estariam sendo firmados.

A minha primeira preocupação foi justamente perguntar ao Prefeito se procedia essa afirmativa da correspondência. O Prefeito me disse que realmente havia mudado o relacionamento depois dessa reunião, que estava havendo um entrosamento melhor, bem melhor, e que algumas obras estavam sendo refeitas, realmente.

Eu estou dizendo isso logo no começo, ao mesmo tempo em que reconheço que nós deveríamos ter convidado os Prefeitos também — não sei se foram convidados e não quiseram vir, porque não me recordo mais; já faz tanto tempo! Foi uma falha nossa. Mas nós não vamos excluir, evidentemente, as Prefeituras de qualquer que seja o caminho a ser tomado após esta reunião de audiência pública.

Esta reunião de audiência pública não é uma reunião investigativa; é uma reunião que ajuda a gente a entender o processo, ajuda as partes envolvidas a buscarem uma solução. E também, evidentemente, dela podem decorrer sugestões legislativas que nós vamos levar para eventuais projetos de lei ou propostas de emenda constitucional, ou no campo das leis complementares, seja o que couber no caso específico.

Desde já eu quero dizer o seguinte: nós — nem eu nem o nosso Partido Verde, do qual sou Líder — não temos nenhum tipo de preconceito contra hidroelétricas; ao contrário, as hidroelétricas são importantes na matriz energética do País, elas têm um papel. O Brasil é conhecido como país — ou era, até há pouco tempo — com uma matriz energética limpa.

Agora, é evidente que quando se começa a fazer hidroelétricas que atingem aglomerados urbanos, que atingem terras indígenas, direitos indígenas, que atingem os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas, aí é preciso se pensar em custo-benefício.



No caso, já não se está mais discutindo isso, no caso específico; estão se discutindo os compromissos assumidos e que não foram cumpridos, ou que foram cumpridos de maneira negligente.

É evidente que nós não buscamos aqui encontrar culpados nem buscar desculpas. Mas a gente quer entender que daqui pode sair um caminho para que se possa cumprir aquilo que foi acertado, de maneira que a população afetada por essa obra de interesse nacional possa não sair prejudicada. Este é o nosso objetivo.

Vamos dar continuidade à nossa audiência pública, chamando o Sr. José Jânio de Castro Lima, Secretário-Adjunto de Licenciamento, representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Maranhão.

**O SR. JOSÉ JÂNIO DE CASTRO LIMA** - Boa tarde a todos e a todas; boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Sarney Filho. Estou aqui representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Maranhão, Deputado Victor Mendes.

Como foi dito no início desta sessão, o licenciamento dessa obra, como é de conhecimento de todos, é um licenciamento do IBAMA. Então pouco o Estado participou do licenciamento. Assim como o Estado do Tocantins, algumas obras, algumas atividades foram licenciadas com a gente, enquanto outras ainda virão, em função da contrapartida que o Consórcio deve implementar nos Municípios afetados — no Maranhão, especificamente, em Carolina e Estreito.

O que preocupa é que hoje a gente está discutindo aqui sobre o levantamento do lençol freático, enquanto a gestão dos recursos subterrâneos é competência da SEMA; e, salvo engano, em nenhum momento a SEMA foi convidada para essas discussões. E aqui aproveito a presença da Dra. Gisela para colocar na pauta que seja incluída a Secretaria de Meio Ambiente, que é a gestora dos recursos hídricos do Estado, nas próximas discussões, para a gente dar as nossas contribuições quanto ao tema.

Outra questão é a questão de fiscalização. Como é de conhecimento de alguns, ou da grande maioria, com a Lei Complementar nº 142/11, quem licencia, fiscaliza ou monitora é o IBAMA. Então, todas as denúncias que chegam até a gente, com relação ao empreendimento aqui discutido, a gente tem de imediato encaminhado à Superintendência do IBAMA local, para que tome as devidas providências.



Então, em linhas gerais, é isto: o pouco que restou, a gente vem licenciando; algumas coisas, muito semelhante ao que o Tadeu tem feito em Tocantins, a questão das praias, a questão da infraestrutura, isso a gente vem licenciando. E vimos fazendo o nosso papel de encaminhar as denúncias que chegam até a Secretaria para o órgão que tem efetivamente a competência não só de licenciar o empreendimento, mas também de monitorar e fiscalizar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Jânio.

Vamos passar agora a palavra ao Presidente da ABAS, Waldir Duarte Costa Filho. S.Sa. tem até 10 minutos, prorrogáveis.

**O SR. WALDIR DUARTE COSTA FILHO** - Boa tarde a todos os presentes; ao pessoal que nos assiste pela Internet; a todos os palestrantes que já ministraram aqui suas apresentações.

Gostaria de agradecer, em nome da ABAS — Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, ao Deputado Sarney Filho, não só pela condução do processo aqui, mas também pela lembrança de nossa entidade, que é brasileira e representa as águas subterrâneas no nosso território brasileiro. Desde o início S.Exa. já sugeria, em seu requerimento, a convocação da nossa entidade pela pessoa do então Presidente, à época do requerimento.

Estou aqui para apresentar — não tive conhecimento de estudos geológicos da área da usina hidroelétrica; tentei pegar alguma coisa pela Internet, mas muito pouco — a parte mais técnica, a parte realmente sobre o que pode ser feito com relação à elevação do lençol freático.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Como todo impacto ambiental no meio físico, nós temos os impactos positivos e os negativos. Esse nosso caso, mais diretamente, atinge a geologia da área da Usina Hidroelétrica de Estreito. Como impacto positivo, na verdade, destaca-se um apenas, que é o aumento da recarga dos aquíferos. O aquífero é o reservatório de água subterrâneo que armazena e libera água suficiente para a exploração. Então, com a elevação do nível freático, conseqüentemente o aquífero está sendo recarregado, no caso, pela bacia da usina.





Aqui, eu quis colocar uma figura que retrata bem isso: um aquífero profundo, denominado aquífero confinado, que sempre tem uma área de recarga, e um aquífero livre. No nosso caso, aqui, a elevação do lençol freático está diretamente relacionada ao aquífero livre, salvo quando há recarga direta, através de camadas confinantes — que é representada por essa zona aqui mais escura —, por drenância vertical. Aí ele também sofre influência pelo aumento do nível do lençol freático, que seria aqui esse aquífero livre.

Bem, como impactos negativos, nós destacamos alguns. O desmatamento da área da bacia hidráulica da represa diminui a evapotranspiração, com influência na precipitação pluviométrica. O desmatamento também proporciona condições de erosão do terreno no entorno da bacia hidráulica e em áreas de empréstimo e bota-fora.

Só para vocês terem uma ideia, aqui está uma imagem que representaria o ciclo hidrológico. Nós temos um lago, que pode ser representado pela bacia hidrográfica da Usina de Estreito. Se nós perdermos, com a inundação do lago, a vegetação, que ficou submersa, nós vamos perder evapotranspiração, e, com isso, a formação de nuvens e precipitação. Esse é um impacto negativo.

Cortes nos terrenos promovem instabilidade de encostas, o que provoca desmoronamentos e deslizamentos de voçorocas. Uma coisa que eu queria destacar é que esses impactos não necessariamente estão diretamente relacionados a esse caso especial da Usina Hidrelétrica de Estreito. Esses são casos gerais. Não é porque está aqui que isso vá acontecer. Mas isso tem que ser estudado. Há toda uma equipe que estuda a hidrogeologia, e, pelo que eu pude observar, já está sendo realizado o monitoramento dos níveis. Então, eu trouxe dados aqui de uma forma geral. Cabe dizer ainda que a elevação do nível do lençol freático também provoca inundações nas áreas baixas, alagadiços e pântanos.

Vemos aqui um caso de desmoronamento, o que pode ser iniciado por voçorocas. E, aí, se dá o escorregamento diretamente nas encostas, como foi esse primeiro caso de cortes nos terrenos — porém, não diretamente na área de inundação da bacia, mas nas áreas circunvizinhas. Se houver encostas, poderá ocorrer desmoronamento com a elevação do nível freático. Ao atingir essas encostas, ele pode provocar desmoronamentos.



Aqui vemos casos de alagamento de áreas. A subida do lençol freático pode tornar áreas que eram originalmente secas em áreas alagadas. Inclusive, esse tipo de impacto pode até ser positivo. Se você quiser utilizar essas áreas para plantio de arroz, por exemplo, vai ser ótimo!

A inundação da calha fluvial interfere na exploração de aluviões: se você tinha, antes da barragem, exploração de aluviões para areia, cascalhos, seixos e argilas, com a inundação, você vai perder comércio, que era representado por esse tipo de exploração.

A pressão do peso da água represada também pode provocar fortes deslocamentos de terra, prejudicar aquíferos e provocar sismos induzidos, principalmente, em terrenos cársticos.

Esse aqui é o caso de uma fissura. Isso aqui é só representativo, ilustrativo, não está relacionado com nenhum caso específico de uma outra hidrelétrica ou de uma barragem existente. É só para representar o que pode ocorrer. Com as chuvas, pode erodir, ocorrendo o que eu já mostrei na imagem da voçoroca ou deslizamento, que pode ser provocado por uma fissura através de sismos, com base no peso da água. E a interrupção brusca do fluxo normal do rio também provoca diversas mudanças na temperatura, mais quente na superfície e mais fria no fundo, bem como na composição química da água, afetando diretamente a sua qualidade.

Eu não citei aqui como impacto negativo, mas, até mesmo por ter visto as apresentações de vocês, posso dizer que a elevação do lençol freático também pode atingir áreas de fossa, por exemplo, e, com isso, haver a contaminação do aquífero por conta da subida do lençol freático. A fossa em si já é um impacto negativo, o que fica mais agravado com a lixiviação, através da precipitação da chuva; mas, se o nível do lençol freático atingir diretamente, já acelera o processo de contaminação. Então, esse seria um impacto negativo que não foi listado aqui.

Aqui estão os Municípios. Essa imagem eu peguei da Internet. Esses são os Municípios atingidos pela barragem da Usina Hidrelétrica de Estreito; se não me engano, são 12 Municípios diretamente. Eu quis mostrar essa figura por conta dessa outra; essa aqui é a mesma área desses Municípios, onde eu destaquei a geologia.

O Estreito estaria aqui em cima. Aqui está o rio, que pega a usina hidrelétrica; e o rio corta diversas unidades geológicas. Algumas, como a Formação Mosquito,



que é onde está assentado o Município da cidade de Estreito, são bastante argilosas devido ao intemperismo de basaltos. A argilosidade dessa formação evita a penetração e infiltração da água; então, já não seria tão preocupante no caso de impactos negativos.

Já essa outra aqui, que é a Formação Sambaíba, é de arenito, dunas eólicas, um ambiente deserto. Aqui poderia haver grandes infiltrações de água devido ao barramento.

Então, uma coisa que a equipe de geologia do Consórcio tem que observar é justamente a geologia em si, para ver onde poderá haver os impactos e que tipos de impacto poderão ser associados à geologia em si.

Bom, era isso. Já passou o meu tempo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Vamos ouvir agora o ambientalista, grande conhecedor da realidade da região, Deijacy Silva Rego.

**O SR. DEIJACY SILVA REGO** - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde aos presentes. Eu gostaria, primeiramente, de agradecer sempre a sua boa vontade de ajudar os carolinenses, em seu Estado, e por convocar esta audiência importante para que a gente realmente encontre um caminho para que diminua de fato o sofrimento daquela gente que foi impactada, direta ou indiretamente, pelo empreendimento de Estreito.

Senhores, eu queria, em poucos minutos, externar e mostrar a vocês um pouco da realidade de lá, porque aqui, como a doutora de licenciamento do IBAMA falou, é tudo muito superficial. Até o meu parente, o Rafael Rego, falou também na questão jurídica. Mas, se nós analisarmos hoje a questão da bacia do Rio Tocantins, começando pelas Águas Emendadas aqui em Goiás, e logo se transformando no Rio Maranhão, onde começou a primeira hidroelétrica operacionada por Furnas, que é a Serra da Mesa, nos anos 1980, quando o nosso Presidente Sarney era Presidente da República, veremos que lá, naquela ocasião, não havia estudo de impacto ambiental, não havia RIMA, não havia nada, porque não havia legislação pertinente ao assunto. Então, a Serra da Mesa hoje está contaminada com mercúrio, chumbo, vários materiais totalmente perigosíssimos vindos dos garimpos na região



de Niquelândia, Uruaçu e Minaçu, principalmente o garimpo de Santo Antônio, que despejou toneladas e toneladas de mercúrio na Serra da Mesa.

Mas a bacia continua. Logo abaixo vem a segunda hidroelétrica, que é a de Cana Brava, um empreendimento de 250 *megawatts*, um potencial altamente bom, mas também recebendo essa carga tóxica de mercúrio.

Depois, vem São Salvador, já na confluência do Rio Paranã com o Rio Tocantins, na cidade de Peixe, feita também pela mesma concessionária, o mesmo consórcio CESTE juntamente com a Tractebel.

Aí, depois, a nossa Lajeado, em Palmas. Hoje vocês veem na televisão que em Palmas, no Tocantins, faz 41, 42 graus. Por quê? Além do grande lago, está ao lado a Serra do Carmo, que é um grande afloramento de arenito, o que contribui diretamente para o aquecimento da cidade de Palmas.

E por aí vai. Chegamos à nossa sofrida Carolina, à nossa sofrida Filadélfia, à nossa sofrida Babaçulândia, cidades de gente boa, cidades que nunca esperavam sofrer um impacto tão significativo como foi o da Hidrelétrica de Estreito. Eu acompanhei desde 2001 as grandes lutas. Na época, diziam assim: “*Esse Deijacy Rego é doido! Esse empreendimento é muito bom!*” Sim, é muito bom. O Deputado Sarney Filho acabou de falar muito bem do assunto. A nossa matriz energética, até há bem pouco tempo, era considerada limpa mesmo, e as hidro ainda são uma saída honrosa para que o Brasil continue sustentável.

Agora, o que não se pode é permitir que façam da maneira como foi feito aquele empreendimento, porque aquilo, o empreendimento de Estreito, não pode e jamais poderá servir de exemplo para as usinas hidrelétricas no Brasil. Foi o projeto mais danoso, mais malfeito — não em termos da obra civil, porque o barramento é bem feito, a engenharia civil do Brasil hoje é um exemplo de engenharia no mundo, mas pelo malfeito que foi a falta de entrosamento entre os órgãos envolvidos: a Agência Nacional de Água, o IBAMA, o Consórcio, enfim. Foram doze Municípios envolvidos, sem terem recebido nenhum conhecimento. E lá chegaram com aquela conversa de bom mocinho: “*Vai ser muito bom para vocês*”. Então, todo mundo batia palmas. Aí, vem o enchimento do lago. Está lá: 5,4 trilhões de metros cúbicos de água armazenados, mas com alto risco de contaminação. Hoje já é iminente o problema, porque nós temos esses dejetos vindos de cidades que não têm



tratamento de esgoto, como Miracema e a cidade de Pedro Afonso. A montante do lago vem trazendo toda essa carga, despejando tudo nesse monstruoso lago.

Na margem direita do Rio Tocantins está o Rio Manuel Alves Grande, um rio grande, um dos maiores afluentes, depois do Rio Paranã, do Rio Tocantins, mas que vem recebendo uma carga tóxica de mais de 40 mil hectares de soja despejados por aeronaves, o que contamina todos os nossos mananciais, todos eles direcionados ao grande lago. E, logo ali abaixo, a cerca de 8 quilômetros, está a vergonhosa captação de água implantada pelo CESTE.

Pessoal, lá em Carolina, na região, não há mergulhador profissional. Hoje, se houver um problema na adutora, não tem mergulhador. Da beira do rio até a 500 metros, onde se está fazendo a captação de água, se houver um problema nessa adutora, o povo de Carolina, cidade chamada de “O Paraíso das Águas”, vai passar sede por mais de dois meses, porque não temos condições técnicas de recuperar a adutora. E não há plano B.

O senhor, meu amigo, meu conterrâneo, meu parente, pense no que estou dizendo. É preciso que o CESTE faça uma flexibilidade com os Municípios, principalmente os três mais impactados, que são Carolina, Babaçulândia e Filadélfia. Não se pode permitir, Dra. Gisela, que numa cidade como Carolina, uma localidade turística, se despejem todos os dejetos de esgoto da cidade a céu aberto diretamente no lago, porque nós precisamos proteger esses 5,4 trilhões de metros cúbicos de água. Pelo que vejo, o CESTE não está preocupado com a qualidade da água, porque água, mesmo tendo ou não tendo qualidade, faz girar as turbinas que geram energia, que vendem a um preço muito caro.

É injusto, Sr. Presidente! Comunidades à beira do rio foram impactadas pelo enchimento do lago. Foi algo em torno de 140 residências só no Município de Carolina. Essas famílias vivem a bico de lamparina ou com óleo *diesel*. O assentamento Sibéria, Sr. Deputado, é um assentamento do CESTE. Lá, hoje, nem a terra presta para nada, porque é arenito puro; e nem existe energia para essas pessoas. Realmente, elas foram expulsas da beira do rio, com as suas terras férteis, e estão lá hoje vivendo como calangos na areia quente. Isso é horrível! Nós, seres humanos, não podemos permitir isso.



Mas para o que quero chamar atenção? Primeiro, para o fato de que o IBAMA concedeu a licença de operação desse empreendimento sem que as condicionantes da licença de instalação tivessem sido cumpridas. Não foi tirada a vegetação. A supressão da vegetação, que é a nossa biomassa, está toda submersa, agravando a qualidade do pH da água e produzindo um gás terrível para a piora do aquecimento do nosso planeta Terra, que é o gás CH<sub>4</sub>, o gás metano. Hoje, a nossa cidade vive debaixo de uma fornalha. Do lado direito, o Morro do Chapéu — uma maravilha! Um ponto de referência do Maranhão e do Brasil e do planeta Terra! Ao lado, o grande lago. Contudo, misturado metano com a grande resistência térmica, que é o Morro do Chapéu, mais CO<sub>2</sub>, não dá certo. E mais, a evaporação da água aqueceu nossa cidade.

Nós tivemos, Sr. Presidente, este ano, vários casos de infarto e AVC. A quantidade de pessoas internadas em Carolina pela questão do clima é impressionante! O organismo dessas pessoas não tinha condição de rapidamente absorver mais 2 graus de temperatura. E isso é preocupante.

Então, a senhora deverá responder por que liberou a licença de operação, se se está na condicionante de tirar a biomassa — tiraram apenas 10%, numa área de 7.546 quilômetros quadrados. Isso é assustador!

Outra coisa importante. Para que se consiga preservar aquele grande lago — que é hoje uma dádiva, enfim, um direito dos maranhenses e tocantinenses — e para que se tenha qualidade de água, precisamos urgentemente implantar as APPs.

Eu não conheço o lugar — e sou um profundo conhecedor das margens daquele rio — onde o CESTE já plantou, até agora, plantas nativas na APP, no entorno do lago, para proteger suas matas ciliares. O lago é uma região arenitosa, de afloramentos, porque a erosão é muito fácil. Isso tem que ser levado em consideração.

Outra situação complicada. Como é que o Consórcio diz que acompanhou a questão da realocação da nossa fauna? Hoje, na região, senhores, nós temos o maior impacto imposto pelo homem! Morreram milhares de animais silvestres, como quando, quati, macacos e todos aqueles bichos que não puderam sair a tempo real. E ainda mais: o problema do desmatamento no entorno do grande lago. O IBAMA, a SEMA e a Naturatins devem repensar em licenciar empreendimentos danosos no



entorno do lago, porque hoje todos os bichos, inclusive os felinos, estão desordenados na região, por não terem mais o corredor ecológico do Pará até o Rio Farinha. Nós estamos comprometendo futuramente o nosso lago. Eucalipto pode ser importante em outro lugar, mas plantado no entorno do lago eu não acho conveniente, é perigoso. Assim nós não vamos dar sustentabilidade a esse lago.

Agora, eu queria chamar atenção dos Srs. Deputados para que, pelo amor de Deus, ajudem o Prefeito de Carolina, o Prefeito de Filadélfia, e os das cidades que precisam tratar seu esgoto, junto ao CESTE. Aqui na minha mão, tenho um termo de compromisso assinado em 2008, com fanfarra, festa e fogos, pelo presidente Renato Pontes, comprometendo-se a tratar o esgoto de Carolina e revitalizar o nosso Rio Lava-Cara, um riozinho que corta a cidade de norte a sul. Não é possível que uma cidade turística sofra hoje um impacto tão significativo no lago e em toda a bacia do rio, até o marco zero, até a sua foz, mesmo porque não se trata de esgoto da cidade de Carolina.

E ainda mais: gasta-se muito dinheiro no Município para levar o lixo a lugar nenhum. O aterro sanitário também está na condicionante. Hoje, lixo hospitalar é jogado de todo jeito ao deus-dará. O local, Sr. Presidente, já foi condenado pelos órgãos ambientais como inadequado, porque fica na cabeceira de um manancial que vai diretamente ao Rio Laje, um afluente muito importante do Lago de Estreito. Então, é preciso que a gente ajude aquela cidade a tratar o esgoto, ajude aquela cidade a ter seu aterro sanitário, porque, senão, nós vamos comprometer a saúde do povo de Imperatriz, do povo de Açailândia, do povo de Marabá e de todas as cidades da bacia do Rio Tocantins.

O nosso rio, Deputado, está empanzinado. Vamos tirar o pé do acelerador. Vamos fazer os barramentos, mas com condição de sustentabilidade. Este planeta é único na Via Láctea. Não podemos colocar em risco a nossa maior riqueza: a potência ambiental de que o Brasil dispõe. Recursos hídricos temos de sobra ainda, mas até quando? Os senhores hão de me responder.

Vamos todos fazer com que o Consórcio CESTE reveja isso, e amigavelmente, porque, aqui, como o Deputado frisou, muito bem, estamos caçando uma saída, procurando uma saída, mas uma saída honrosa, para que tenhamos um lago de fato sustentado. A ictiofauna do lago está comprometida, porque, logo, logo,



em todos os lagos do Tocantins, os tucunarés proliferarão, porque são peixes carnívoros. Não há um controle de ictiofauna. O Farinha, o Manoel Alves Grande e o Curicaca são todos rios que despejam diretamente na área do barramento, que é a fonte energética.

Eu fico triste com o esclarecimento do representante da ANA. E vejo a ANA como muito tímida. Olha, vejam o combustível do empreendedor: a água. Ele não gasta um centavo para comprar esse tipo de combustível, que é a água. Então, vocês têm de regular e fazer com que o CESTE ou outros empreendimentos paguem por isso.

Ora, não é possível que hoje, com a quantidade de barramento que existe no rio... Quando mencionei Águas Emendadas até Marabá II, que é um projeto futuro, é porque a ANA nunca se preocupou em criar, sequer, um comitê de bacia. O rio já está quase morto, sem comitê de bacia. E isso está tudo errado. Precisamos atentar para este ponto e criar os comitês das cidades, para que cada um dos cidadãos passe a ser um fiscalizador do rio, somando-se ao IBAMA, Naturatins, SEMA, ANA, enfim, para se dar sustentabilidade à vida deste planeta.

Deputado Sarney Filho, sempre que conversamos, V.Exa. sabe que somos apaixonados mesmo pela natureza, pelo planeta, porque, como frisei, não temos outra saída. A única saída é preservar este planetinha chamado Terra. Temos entre nós 7 bilhões de pessoas. Em 2050, vamos ter 9 bilhões. E até 2100 a temperatura do clima vai subir quase 4 graus Celsius. Será que estamos preparados para essa condição?

Então, Srs. Deputados, reflitam. Procurem ajustar mais as leis. A Lei nº 9.605 (Lei Ambiental) hoje está sucateada, ninguém a respeita mais. Criem mecanismos. A PEC 215 que vocês debatem sempre aqui precisa ser apoiada pela sociedade brasileira — e graças aos nossos indígenas xerente, apinajé e krahô, é que o rio ainda está como está.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - A rejeição da PEC precisa ser analisada.

**O SR. DEIJACY SILVA REGO** - Porque, se não fossem os nossos indígenas, o Rio Tocantins e o Rio Araguaia já estariam ceifados. Então, eu quero agradecer a atenção de todos e dizer que discursar é fácil, porque a realidade lá é outra. As





peças estão sofrendo, processos foram judicializados. Estão lá em São Luís, na Vara Federal. Estavam em Imperatriz, na Vara de Imperatriz, e foram para São Luís. Então, tanto pior. É difícil para o advogado ir lá. As partes não têm condição de ir lá. Então, ficou uma questão complicada. São milhares de pessoas que estão com suas casas rachadas; são milhares de impactados que não receberam pelos danos; são milhares de pessoas que esperam uma solução. Será que um dia vamos ter essa solução, senhores?

Precisamos repensar os nossos conceitos sobre o meio em que vivemos.

Um abraço a todos, e muito obrigado! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Muito bem!

**O SR. DEIJACY SILVA REGO** - Eu gostaria ainda, Deputado, de entregar, neste momento, esta papelada, para que fique registrado na Comissão o que foi acertado pelo Consórcio e o que nós estudamos. Trata-se de um planejamento adequado que seria realmente sustentável, mas que, porém, nunca foi executado. Mas vamos deixá-lo registrado aqui na Comissão.

Um abraço!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Deijacy.

Conforme eu falei no início da nossa reunião, nós buscamos encontrar caminhos aqui, caminhos que diminuam a dificuldade daquela gente atingida de forma direta ou indireta pela Barragem de Estreito. Há, feito aqui pela Liderança do meu partido, uma nota técnica. Vou passar todas elas para o Consórcio, porque, pelo avançado da hora, seria importante discutir duas questões aqui, porque não vai dar tempo de discutir todas as questões: a questão do saneamento, do tratamento da água. Foi uma TAC assumida? Foi um termo de ajuste de conduta? O que foi Deijacy?

**O SR. DEIJACY SILVA REGO** - Na verdade, era para ser 12 filtros, mas só funcionam 3. Só há uma captação. Não há um plano B.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Talvez sobre essa questão a gente se debruce.

Eu vou passar a palavra para todos. Não vamos encerrar a sessão antes de dar oportunidade a todos de falar. Só estou pontuando aqui para a gente balizar, porque senão a gente se perde em detalhes que não são importantes agora.



No que diz respeito ao saneamento, acho importante que a gente ouça algum esclarecimento, faça algum comprometimento. Há uma série de questões aqui que vou ler, mas a Comissão espera as respostas por escrito. Depois, evidentemente, darei publicidade a todos os presentes. Vamos tornar público e mandar para os Prefeitos, para o Deijacy, para as ONGs, para todos nós. Todo mundo que quiser ter o material pode nos pedir.

Obrigações, segundo a Liderança do Partido Verde, não atendidas pelo Consórcio: reparação das estruturas e edificações das residências em face da elevação do lençol freático. Quanto ao lençol freático, a carta que me foi remetida sexta-feira diz o seguinte:

*“Especificamente com relação ao tema lençol freático, o CESTE, plenamente ciente da importância, contratou uma nova equipe técnica especializada, com cientistas ligados à Universidade de Brasília, que já realizaram a primeira parte dos estudos hidrogeológicos, para os quais foram contratados. Estudos esses, testemunhados pela comunidade de Carolina, e não só de Carolina, mas de Filadélfia, Babaçulândia, etc., que apontam, dentro das áreas urbanas dos Municípios acima listados, zonas sujeitas a um monitoramento mais intenso e efetivo. Os resultados iniciais desses estudos, resultados mais conclusivos, deverão ocorrer somente em dezembro deste ano”.*

Muito bem. Essa justificativa, evidentemente, serve para a gente dizer que as ações estão sendo tomadas, mas ela não serve para o pessoal que está com a casa rachada lá. Alguma providência o Consórcio tem de tomar. Mesmo que depois — o que é muito remoto, mas há uma possibilidade; estudos já estão sendo feitos, e o senso comum indica que pode ter sido realmente um aumento do lençol freático — os estudos digam que não foi por causa disso, os danos podem ser compensados de outra maneira, pelos próprios compromissos assumidos com a Prefeitura.

Então, esta é uma questão emergencial. Essas duas questões são emergenciais, segundo entendo. Compreendo que os estudos estão sendo muito bem feitos, e que vão servir evidentemente para qualquer coisa. Mas ocorre que há uma emergência. Situações excepcionais devem ser tratadas com excepcionalidade. Vamos buscar uma solução para este problema, que é um pinga d'água dentro daquele lago enorme ali, que é gerador de recursos em energia.



Já falei da estação de tratamento de água, de fornecimento de água potável. Agora, praia artificial.

Fui comunicado que o Prefeito anterior teria negociado com o consórcio para aplicar os eventuais recursos dessa praia em outra situação. Estou falando aqui o que me falaram. Isso não serve para nada, porque o compromisso é com a praia.

O termo de ajuste de conduta, os compromissos assumidos foram esses. Os entes que participaram dessa negociação teriam todos eles que aprovar novamente uma readequação desses recursos, o que não foi o caso. Então, esse compromisso continua de pé.

Cartas de crédito para indenização em valores menores do que os praticados no mercado.

Se procedentes forem as matérias, estou afirmando aqui, elas podem ser contestadas, podem até ser ultrapassadas. Então, por isso, gostaria que nos mandassem tudo por escrito. Se tiverem alguma coisa, rapidamente, que possa ser esclarecida, não tem o menor problema.

Cumprimento dos programas ambientais previstos nas licenças ambientais, tais como: controle de vetores, educação ambiental, subprograma de educação população rural e urbana, controle das condições de saúde, subprograma de apoio à manutenção de cerâmicas e olarias, estudo para identificação de novas jazidas, programas de apoio à produção familiar de subsistência, programa de reposição de perdas e relocação da população urbana e rural, atualização do cadastro socioeconômico, monitoramento da qualidade da água, monitoramento das cargas efluentes de esgoto e outras fontes poluidoras no entorno do reservatório, revegetação da faixa de proteção do reservatório.

Aí, faço até um parêntese para concordar plenamente com o que disse o Sr. Deijacy. Nós não podemos fazer uma proteção do reservatório plantando eucaliptos. Realmente, isso aí não é uma proteção do reservatório; é, sim, um novo investimento que não tem retorno ambiental nem socioambiental, porque certamente esses eucaliptos vão pertencer a um grande proprietário.

**O SR. DEIJACY SILVA REGO** - Sr. Presidente, o que eu disse é que todos os animais que estão no entorno são animais do Cerrado, que tem o seu bioma próprio. Se eu planto no entorno do Lago ao longo de 2 ou 3 quilômetros, eu tiro o



bioma dessa vida animal, e esses animais ficam ceifados, apesar de termos o Parque Nacional, que fica um pouco afastado. Digo no entorno porque a vida, especialmente marinha, vai estar no entorno do lago. Então, plantar eucaliptos por 2 ou 3 quilômetros do lago acho que é loucura!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Acho que a nossa Diretora Gisela está ouvindo isso. O IBAMA realmente tem todo o cuidado.

Essas eram as observações. Não é necessário, a rigor, nenhuma resposta agora. Se quiserem se estender por escrito, podem se estender que não tem problema. Aqui não é CPI. Aqui é uma audiência pública, em que buscamos encontrar caminhos.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Rafael Moerbeck de Almeida Rego, Gerente Jurídico do CESPE.

**O SR. RAFAEL MOERBECK DE ALMEIDA REGO** - Sr. Presidente, fique certo de que o encaminhamento das questões feitas pela área técnica do Partido Verde vão ser respondidas formalmente pelo CESTE. Alguns sistemas, inclusive, já foram objeto de inúmeras revisitações, e até oportunidades tivemos de nos manifestar a respeito não só do licenciamento, mas até mesmo para V.Exa., tendo demonstrado grande interesse obviamente em assuntos relacionados aos impactos gerados.

Permito-me a uma observação em relação à situação específica de água e saneamento no Município de Carolina, objeto da exposição do Dr. Deijacy. Com relação a essas obras, na verdade, não houve um termo de ajustamento de conduta. Nós fizemos um termo de compromisso mútuo não só com o Município de Carolina, mas com todos os Municípios da área diretamente interferida pelo reservatório. Esses compromissos não advinham de impactos diretos do reservatório, mas de medidas que o CESTE tomou em um contexto de liberalidade.

A única situação relacionada a esse ponto em Carolina onde houve afetação pelo empreendimento foi a de captação de água no Município, algo que precisou ser relocado exatamente em função do reservatório. Mas a estação de tratamento foi uma obra fruto de uma solicitação da municipalidade como uma das urgências...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Uma espécie de compensação socioambiental, uma compensação.



**O SR. RAFAEL MOERBECK DE ALMEIDA REGO** - Exato. Não era uma compensação decorrente do licenciamento, mas um atendimento a uma necessidade local demonstrada.

Só para os senhores terem uma ideia, essa obra foi realizada não por uma medida judicial que revisitou o projeto. Na verdade, não conseguimos do Prefeito da antiga gestão municipal sequer os alvarás para realizar essa obra. Tivemos que ir ao Judiciário buscar os alvarás que nos permitiriam fazer essa obra. Então, o objetivo da judicialização não tem nenhuma relação com revisão de projeto, mas sim com efetivação do compromisso.

A estação de tratamento a muito custo foi feita porque não tivemos apoio da municipalidade, que sequer ofereceu as plantas do subterrâneo do Município. Imaginem como fazer uma estação de tratamento de esgoto ou uma estação de tratamento de água, que têm canalização em todo o Município, sem conhecer o subterrâneo do Município. Sequer nisso nós tivemos apoio. A estação de tratamento de esgoto não foi possível em função de obras, nas quais vinham sendo feitas escavações, gerando problemas exatamente na estação de tratamento de água.

Não estou querendo me justificar aqui sobre compromissos feitos ou não feitos. Mas quero dizer o seguinte: acho que a atual gestão do Município de Carolina realmente está trazendo um novo contexto ao relacionamento institucional com o CESTE, e acredito que isso é muito positivo. Porque acho que não podemos embarrear as questões em um contexto anterior à possibilidade de trazermos efetivas justificativas. Ali me pareceram questões menores, que acabaram atrapalhando a execução dessas obras.

Essa questão do saneamento me pareceu ser uma preocupação imediata do senhor. Por isso pedi um aparte, para que ficasse claro, não só em relação ao Município de Carolina, o próprio termo de compromisso, Deijacy. Existe uma série de compromissos assumidos nesse termo, e é bom frisar: dos vinte a vinte e cinco compromissos assumidos estão sendo destacados aqui dois compromissos, aos quais, por uma situação de judicialização, não se teve condições de atender.

Até existe um quantitativo de equipamentos que foram comprados para a estação de tratamento de esgoto, por exemplo; e hoje está-se negociando repassar



esses equipamentos para o Município, para que ele consiga recursos públicos para tentar tocar essa obra.

O CESTE não está insensível a essa questão, apesar de ser uma situação que não tem relação direta com uma interferência do reservatório. Mas existe um compromisso, sim, de continuar as tratativas com a municipalidade, e não só quanto à estação de tratamento de esgoto. Quanto à estação de tratamento de água, também eventuais situações que possam implicar melhorias estão sendo analisadas junto à municipalidade. É uma pena o Prefeito não estar aqui para também poder retratar essa situação de acordos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Muito bem, só quero expressar rapidamente o meu ponto de vista, algo pessoal, nada em nome da Comissão.

Acho que, independentemente de ter sido obra de licenciamento, compensação do licenciamento, obrigatório ou não, foi assumido um compromisso público, assinado, e este tem que ser cumprido. Digo-lhe sinceramente: eu, se fosse Prefeito, jamais aceitaria essa obra de volta antes de ela ser concluída, porque o compromisso de entregar a obra feita é do Consórcio. Estou só dizendo isso; mas é uma opinião minha.

Vamos em frente.

A Gisela deseja usar da palavra, nossa querida diretora.

**A SRA. GISELA DAMM FORATTINI** - Muito obrigada pelo espaço de sempre que é dado aqui ao IBAMA.

Conceitualmente e particularmente falando, em meu nome, Gisela, e não em nome do IBAMA, Deputado, eu gostaria de fazer uma consideração. Temos visto muito no licenciamento ambiental essa questão de saneamento, enfim, de 100% de saneamento em uma cidade tal. Eu diria que isso é uma questão de política pública, e não de responsabilidade direta do empreendedor. Acho que o Estado tem que estar presente nessas situações.

Aquele planejamento que queríamos, anterior...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. GISELA DAMM FORATTINI** - Sem dúvida. Mas o Estado brasileiro, para implantar uma usina hidrelétrica nesse local, já deveria...



**(Não identificado)** - Isso é ex-ante.

**A SRA. GISELA DAMM FORATTINI** - É ex-ante. Exatamente. Ele já deveria fazer o que era necessário. Temos visto muito isso.

Deputado, há uma usina hidrelétrica no Rio de Janeiro a cujo empreendedor imputamos todo o saneamento, e, no fim das contas, o Município não fez a religação. O Município simplesmente não se ligou à rede feita pelo empreendedor em uma estação de tratamento de esgoto.

Mas eu gostaria de falar rapidamente com o senhor o seguinte. Em primeiro lugar, acho que o senhor é testemunha do trabalho sério que o IBAMA vem fazendo no acompanhamento, e deixamos isso registrado na minha apresentação. Infelizmente, me foram dados poucos 10 minutos, e não o espaço que o Deijacy teve. Mas tentei, nos 10 minutos, dizer o que havíamos feito.

Temos uma questão adicional nesse licenciamento. Por quê? Eu disse aqui no início: essa concessão é muito antiga. Quando estávamos para dar essa licença de operação, chamamos a ANA para conversar, assim como a ANS e a ANEEL, porque era uma concessão antiga. E nos foi jogada, no licenciamento, uma ação que não era nossa. Hoje, acho até que a apresentação do André Pante deixou isso bem claro.

Mas, enfim, responderemos à nota da Liderança, sem dúvida. Não demos uma licença sem considerarmos o atendimento aos programas básicos do PPA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Essa questão não foi feita pela Liderança; foi feita pelo Deijacy.

**A SRA. GISELA DAMM FORATTINI** - Não. Refiro-me a essa nota que o senhor leu, dos vários programas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Que tem muito pouco a ver com o IBAMA, na realidade.

**A SRA. GISELA DAMM FORATTINI** - Mas nós respondemos, no que for necessário.

Hoje, como viemos preparados para falar mais sobre a elevação do lençol freático, deixamos isso muito claro nos condicionantes 2.4 e 2.7 da licença. E o 2.7 diz exatamente o que o senhor acabou de falar: em questões excepcionais, o CESTE tem que agir.



Mostrei as 14 autuações que fizemos. Isso não é agradável para ninguém, muito menos para o IBAMA. Mas temos uma equipe absolutamente exclusiva para esse licenciamento. Então estamos atentos a todos os passos. Achamos, por todo esse histórico, que o CESTE toma uma nova direção agora, sem dúvida.

Era só isso que eu queria deixar registrado. Obrigada.

**O SR. RODRIGO FLEXA** - Só dois esclarecimentos, Deputado. Sou Rodrigo Flexa, Superintendente de Regulação da Agência Nacional de Águas. Eu já havia me apresentado antes de o senhor chegar.

São só dois esclarecimentos com relação à ANA. A agência tem um papel, e esse papel tem que ficar bem delimitado. A lei delimita o papel da ANA. Só reforçando o comentário que a Dra. Gisela falou, essa é uma concessão de 2002; então, podemos entrar neste momento — e estamos entrando neste momento, assim que fomos acionados pelo IBAMA —, no que diz respeito às novas regras de operação do Estreito.

E, com relação a isso, só um esclarecimento, Deijacy: a questão de criação de comitê de bacia no Tocantins não é uma prerrogativa da ANA, mas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A ANA não pode, em hipótese alguma, ter um sistema nacional e sair criando comitês de bacia. Ela só entra após o momento em que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos autoriza, aprova a criação, após haver um decreto presidencial aprovando essa criação. A partir daí, sim, a ANA entra para estruturar o comitê.

Era só para esclarecer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Muito bem.

Com a palavra o Alexandre Tadeu. Depois, vamos passando para quem pedir a palavra.

**O SR. ALEXANDRE TADEU DE MORAES RODRIGUES** - Sr. Presidente, eu só gostaria de tecer alguns comentários.

Às vezes, as pessoas ficam bastante aflitas. Realmente, esse é um processo doloroso. Mas, na verdade, o processo de licenciamento ambiental nunca termina, nesses casos. Com a experiência que temos com Lajeado, que o Naturatins licencia em parceria com o IBAMA — já vamos para mais de 10 anos de licença de operação —, até hoje continuamos identificando impactos, principalmente impactos sociais,





que são os mais difíceis de serem mitigados, os mais difíceis de serem avaliados na sua totalidade.

É um processo realmente difícil, é um processo no qual o órgão ambiental fica sob pressão por todos os lados. Mas acredito que o trabalho desenvolvido pelo IBAMA, e que eu tenho acompanhado, é bastante produtivo.

Coloco aqui o Naturatins — e acredito que o pessoal do Maranhão faz a mesma coisa — para que possamos interagir mais nesse processo de licenciamento. Vamos dar as mãos para termos mais força de fiscalização, mais força de monitoramento!

O Estado do Tocantins, através de convênio com o CESTE, faz frequente fiscalização no Lago de Estreito, principalmente no que se refere a caça e pesca. Acho que, se juntarmos os três órgãos ambientais, conseguiremos avançar e, principalmente, equacionar melhor as coisas, porque teremos mais capilaridade e ouviremos mais a sociedade.

Acho que o momento é este, de efetivamente começarmos a identificar aqueles impactos que ou não foram totalmente mitigados, compensados, ou estão por vir ainda.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Com a palavra Luiz de Sales.

**O SR. LUIZ DE SALES NETO** - Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer mais um pleito, na medida em que consignei alguns, especialmente a questão do passivo ambiental, que é o mais importante. Gostaria até que, politicamente, o senhor agisse. Nossa cidade, nosso Município, faz 5 anos que não tem um membro titular do Ministério Público, que é a instituição mais importante do nosso País. Tínhamos o Dr. Jadílson, que teve grande atuação, mas que, de repente, foi promovido e nos deixou. E deixou-nos na saudade, porque ele, sendo um especialista em meio ambiente, era um suporte em nossos pleitos, uma garantia. Hoje temos uma promotora de balsas, a Dra. Aline, que, em que pese seu esforço, tem nos atendido precariamente.



Este é um pleito que a sociedade carolinense faz ao senhor, para que, junto à Procuradora-Geral do Ministério Público, faça com que titularize para a comunidade um membro do Ministério Público estadual.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Agora, às 17h30min, teremos uma reunião com o representante do novo Procurador-Geral da República, com um diretor — não sei como se chama — de relações institucionais. É um conterrâneo nosso, é o Nicolau Dino, irmão do Flávio Dino, que é o representante. Ele me pediu, no dia do lançamento do meu livro sobre a Constituinte, que o atendêssemos. Vou aproveitar essa visita e já lhe passar essa preocupação.

**O SR. LUIZ DE SALES NETO** - Nessas questões residuais, Deputado, é de fundamental importância a presença do Ministério Público.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Por nada.

Deijacy, para as últimas e poucas palavras. Segundo a Gisela, eu não estava aqui, senão eu não ia lhe cortar a palavra, não. Deixei todo mundo correr frouxo aqui! (*Risos.*)

**O SR. DEIJACY SILVA REGO** - Só quero aqui, mais uma vez, agradecer a todos e ao senhor, Deputado, que fez viabilizar esse requerimento, para que as partes viessem aqui para discutir este problema.

A usina está gerando energia a todo vapor. O que está faltando ainda é ajustarmos o que resta de impactos negativos. Quanto aos impactos positivos, a usina, inevitavelmente, está gerando mil *megawatts*, não tenham dúvida. Agora, é preciso que não fiquemos só no discurso. Vamos todos nos desarmar. CESTE, volte a conversar com as Prefeituras, com as entidades, tudo às claras! Assim fica muito mais fácil resolvermos as coisas. Não custa nada colocarmos tudo em pratos limpos.

Quero, mais uma vez, Deputado, dizer que estamos de olhos abertos. Não adianta ficar falando que fez sem ter feito. As fotos falam. Uma foto fala por mil palavras.

Mais uma vez, o meu agradecimento por esta oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Deijacy.

Quando recebermos a resposta quanto à razões do não cumprimento do acordo feito lá na época da barragem... Tenho certeza de que ele será cumprido.



Acho que o importante é isso. Por quê? Porque isso serve de referência. Se estiver tudo bem lá, será muito mais fácil, nos próximos, citá-la como exemplo: “*Vocês querem saber como foi lá? Vamos a Carolina*”.

Hoje acho que isso iria depor contra. Mas, se as coisas forem bem feitas — tenho certeza de que serão, e vamos ficar aqui atento para que elas sejam realizadas —, vamos fazer desse limão uma limonada.

Muito obrigado pela presença de todos. E tenham uma boa tarde!